



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Rua José Mendonça de Araújo, 171 – Centro

CEP 58.387-000 – Juarez Távora – Paraíba

LEI Nº 244/2008.

Institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP e dá outras providências.

O povo do município de Juarez Távora, Estado da Paraíba, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica instituída a “Contribuição de Iluminação Pública – CIP”, que tem como fato gerador o atendimento do custeio dos encargos referentes ao fornecimento de energia elétrica sob a responsabilidade do município.

§ 1º Para efeito de lançamento, considerar-se-á contribuinte toda pessoa física ou jurídica que tenha residência, domicílio, escritório, casa comercial, fábrica ou similares em logradouros ou vias, servido ou não por iluminação pública e ligado a rede de energia elétrica da concessionária local.

§ 2º A contribuição incidirá sobre os imóveis localizados;

- a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados;
- b) em todo o perímetro das praças públicas, independentemente da distribuição das luminárias; e
- c) em todo perímetro urbano e rural mesmo sem iluminação pública;

§ 3º Os imóveis ainda não ligados a rede da concessionária não estão sujeitos as contribuições prescritas no art. 4º desta Lei.

§ 4º Será responsável pelo pagamento da “Contribuição de Iluminação Pública – CIP” o titular responsável pelo uso do imóvel ligado à rede de energia elétrica da concessionária.

ARTIGO 2º - A contribuição criada pela presente Lei, será devida pelos contribuintes usuários dos imóveis classificados, no cadastro da concessionária, como residência, industriais, comerciais, rurais, serviços e outras atividades, Poder Público e Serviço Público.

§ 1º Ficam excluídos do pagamento da contribuição instituídas nesta Lei, as unidades consumidoras de energia classificadas como Poderes Públicos Municipais e as unidades consumidoras pertencentes à concessionária.

ARTIGO 3º - Entende-se por Iluminação Pública aquela que esteja direta e regulamente ligada à rede de distribuição da concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no município e sirva exclusivamente a via pública ou qualquer logradouro público de acesso permanente.

ARTIGO 4º - O valor da “Contribuição de Iluminação Pública – CIP”, será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais do módulo da tarifa de iluminação pública vigente estabelecida pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANNEL, nos limites abaixo estabelecidos:

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO (KWh)	PERCENTUAL DA TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
RESIDENCIAL	0 - 30	0,00
RESIDENCIAL	31 - 50	0,00
RESIDENCIAL	51 - 80	2,50
RESIDENCIAL	81 - 100	2,50
RESIDENCIAL	101 - 200	3,00
RESIDENCIAL	201 - 300	4,50
RESIDENCIAL	Acima de 300	5,50
INDUSTRIAL	0 - 50	3,00
INDUSTRIAL	Acima de 50	3,00
COMERCIAL	0 - 30	3,00
COMERCIAL	31 - 50	3,00
COMERCIAL	51 - 80	3,00
COMERCIAL	81 - 100	3,00
COMERCIAL	101 - 200	3,00
COMERCIAL	201 - 300	3,00
COMERCIAL	Acima de 300	4,50
RURAL	0 - 50	0,00
RURAL	Acima de 50	1,50
PODER PÚBLICO FEDERAL	TODOS	7,00
PODER PÚBLICO ESTADUAL	TODOS	3,00
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	TODOS	0,00
SERVIÇO PÚBLICO	TODOS	3,00
Grupo A m- II	TODOS	0,00

ARTIGO 5º - Caso a renda obtida pela arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, seja inferior ao valor dos custos previstos nos artigos 1º e 6º desta Lei, a Prefeitura pagará o complemento da fatura apresentada pela concessionária, mediante a utilização de recursos próprios, o qual deverá ser efetuado no prazo legal, nos termos da Resolução 456/2000, da ANEL.

ARTIGO 6º - A cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, será feita pela Prefeitura Municipal por intermédio da concessionária através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica desta.

§ 1º Para atender ao disposto neste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado da Paraíba.

§ 2º A concessionária fica eximida de qualquer responsabilidade pelo não pagamento da Contribuição de Iluminação Pública – CIP por parte do contribuinte.

ARTIGO 7º - Pelos serviços de arrecadação da CIP, pagará a Prefeitura à Concessionária uma taxa de Administração, cujo montante e base de cálculo deverão ser expressamente previstos no Convênio a ser celebrado entre as partes;.

ARTIGO 8º - Uma vez firmado o convênio de que trata o artigo anterior, fica a concessionária autorizada a empregar a receita da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP no pagamento das despesas previstas nesta Lei, inclusive aquelas decorrentes do custo envolvido na arrecadação da CIP, em montante a ser fixado em Convênio, conforme estabelecido no artigo 7º desta Lei.

ARTIGO 9º - Respeitada a responsabilidade da Prefeitura Municipal pela prestação dos serviços públicos de iluminação pública, e seu respectivo pagamento, conforme disposto nesta Lei, a Prefeitura Municipal poderá contratar os serviços da concessionária para operação, manutenção, melhoramentos e ampliação, mediante convênio específico, a preços compatíveis com a natureza do serviço.

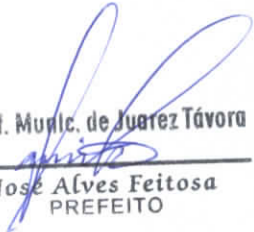
ARTIGO 10º - A receita auferida pela Prefeitura Municipal, em virtude da presente Lei, estará sendo incluída anualmente, nos termos ora aprovados, na disponibilidade orçamentária do município, para fins exclusivos de pagamento das despesas definidas no artigo 1º deste instrumento.

ARTIGO 11º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ARTIGO 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Juarez Távora

Em, 01 de Dezembro de 2008.


Pref. Munic. de Juarez Távora

José Alves Feitosa
PREFEITO